

## **COTAS RACIAIS NO ORKUT: QUE CAMINHO É ESSE?**

**Maristela A. Guimarães-tebaag@yahoo.com.br/UFMT/CAPES**

**Profa. Dra. Maria Lúcia R. Müller-mullerlu@terra.com.br**

Esta pesquisa objetiva estudar as políticas de ação afirmativa, em especial as cotas raciais no ensino superior sob o ponto de vista dos diferentes depoimentos registrados no orkut. A partir das teorias de Carvalho, Hasenbalg, Henriques, Oliveira, Müller, dados do IBGE, PNAD, entre outros, serão analisados e discutidos os discursos de: mérito; inconstitucionalidade; impossibilidade de realizar uma classificação racial justa para saber quem é branco e quem é negro no Brasil; necessidade de melhoria da educação básica e pública; que tais medidas irão ampliar a discriminação racial e aumentar o racismo, de modo a mostrar que as cotas raciais, ainda que insuficientes, são um caminho necessário para permitir a inclusão educacional dos negros no Brasil. Os resultados preliminares apontam que: o discurso de mérito é o mais usado pelos depoentes; nunca se discutiu tanto essa questão no país, considerando o número de comunidades já pesquisadas, de tópicos e de depoimentos; uma nova forma de preconceito tem se revelado; as cotas raciais têm traçado um novo perfil de aluno na universidade brasileira, ao considerar o número de universidades que aderiram a esse sistema.

Palavras-Chaves: Cotas Raciais. Educação Superior. Orkut. Inclusão.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) - da UFMT, Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. Bolsista UFMT/CAPES.

Orientadora - Linha de Pesquisa: Relações Raciais e Educação Eixo Temático: Cor e Ensino Superior. Coordenadora do NEPRE-Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação.

## **COTAS RACIAIS NO ORKUT: QUE CAMINHO É ESSE?**

**Maristela A. Guimarães-tebaag@yahoo.com.br/UFMT/CAPES**

**Profa. Dra. Maria Lúcia R. Müller-mullerlu@terra.com.br**

### **Problemática Anunciada**

No “Prefácio” de *O curso do rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade* (2004, p. 11), encontramos “O problema do século XXI será o problema da linha de cor [...]. Considerado por qualquer padrão de mensuração ou avaliação, esse problema não foi solucionado no século XX e, portanto, torna-se parte do legado e do ônus do novo século”.

Partindo dessa premissa, propomos a pesquisa sobre o objeto: *cotas raciais no ensino superior*, que se delinea dentro da Linha “Relações Raciais e Educação”, no eixo temático “Cor e Ensino Superior”, no Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação - NEPRE.

Este estudo nasceu das seguintes perguntas: 1. Por que se tem discutido tanto políticas de ação afirmativa nos últimos anos no Brasil? 2. É possível a aplicação de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil - compreendendo aqui Cotas no Ensino Superior - ou apenas estamos copiando o modelo norte-americano? 3. Quais conceitos e teorias fundamentam a ação afirmativa, em especial, que comprovam a necessidade da adoção de cotas raciais? 4. As cotas raciais são uma questão legal ou inconstitucional? 5. A adoção de cotas é responsável pela divisão racial no Brasil? 6. Há discriminação no Brasil ou somos um país cordial? 7. Seriam as cotas raciais o caminho para vencer a discriminação racial e possibilitar a inclusão do aluno negro ao Ensino Superior?

Para tentar responder essas perguntas de pesquisa, o caminho escolhido foi o da pesquisa bibliográfica, documental e inspeccional. Esta última está direcionada a buscar no site [www.orkut.com](http://www.orkut.com) - comunidade virtual afiliada ao Google, criada em 22 de Janeiro de 2004, cujo objetivo é ajudar seus membros a criar novas amizades e a manter relacionamentos. O orkut hoje é muito mais que uma simples rede social, como é conhecido, pois nele encontramos não somente pessoas interessadas em fazer ou manter amigos, mas, sim, criou-se uma rede onde pessoas criam comunidades para os mais diferentes fins, um deles é expor suas opiniões a favor ou contra a política de reserva de vagas no ensino superior para estudantes negros, objeto desta pesquisa.

Desse modo, Esta pesquisa levantará as vozes, que ecoam nas mais diversas comunidades do orkut, de pessoas que depositam lá seus depoimentos a respeito da adoção de cotas nas instituições de ensino superior e, a partir dessas vozes, analisar os discursos de:

mérito; inconstitucionalidade; impossibilidade de realizar uma classificação racial justa para saber quem é branco e quem é negro no Brasil; necessidade de melhoria da educação básica e pública; que tais medidas irão ampliar a discriminação racial e aumentar o racismo. Os depoimentos contrários levantados refletem os discursos dos teóricos também contrários à política de cotas raciais.

Este trabalho visa, enfim, transportar as vozes que retumbam sejam contra ou a favor da política de reserva de vagas no ensino superior brasileiro para poder, assim, tentar responder algumas das perguntas de pesquisa acima colocadas, pois, parafraseando Carvalho (2005), a discussão sobre cotas no ensino superior para o Brasil tem obrigado os acadêmicos a se reconhecerem brancos e não somente como cientistas.

Considerando o exposto, esta pesquisa objetiva: levantar argumentos no orkut sobre a política de adoção de reserva de vagas para alunos negros; analisar esses argumentos; fundamentá-los a partir dos teóricos sociais e de dados estatísticos; situar discurso e teoria frente à nova realidade brasileira: a da necessidade de adoção de cotas para as IES públicas como meio de equacionar a desigualdade educacional no Brasil.

Mas, além disso, este estudo busca mostrar a trajetória percorrida pelos pesquisadores, pelo movimento negro e pelo poder público que culminou na atual situação que permite, não só discutir, como também atuar no campo de políticas de ação afirmativa, conforme mostrado no estudo *Desigualdades e inclusão no ensino superior: um estudo comparado em cinco países da América Latina* (2005), em que as autoras afirmam: “Isto acontece em especial no Brasil: dentre todos os países da amostra é o mais avançado neste sentido, sendo ao mesmo tempo o mais desigual dentre todos em relação ao acesso ao ensino superior” (p. 109). Essa última frase também comprova a necessidade das cotas raciais que, diferente do modelo norte-americano, vivemos uma situação peculiar, pois aproximadamente 45% da população brasileira é negra e, conforme o Censo de 2002 (apud PETRUCCELLI, 2004), 16% da população negra é analfabeta.

Para finalizar esta problemática anunciada, o estudo feito pelo IPEA (2004), *Políticas Sociais: acompanhamento e análise* relata que há, no Brasil, a necessidade de democratizar o ensino superior ainda tão elitizado e que se tem também de reconhecer a universidade como “sujeito central na condução do desenvolvimento nacional” (p.63). Assim, ao pensar sobre práticas educativas torna-se imprescindível situá-las também no contexto da educação superior como forma de superar a exclusão.

### **Problemática Desenvolvida**

Considera-se que a adoção das cotas raciais no ensino universitário é um dos instrumentos das políticas de ação afirmativa, aqui entendido como caminho necessário para superação das desigualdades educacionais no país. Pois, considerando o que indica o Relatório da SECAD/ 2004:

*Os dados estatísticos disponíveis apontam para um agudo quadro de desigualdade entre os grupos raciais que compõem a sociedade brasileira. O modelo de relações raciais no Brasil materializa, em toda a sociedade, um tipo de segregação amparada nos preconceitos e nos estereótipos, disseminados e sustentados pelas instituições sociais, dentre elas a escola. Essa questão transborda a esfera individual e constitui-se em fato presente no cotidiano da população negra. A cor explica parte significativa da variação encontrada nos níveis de renda, educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, violência, etc. O racismo representa um elemento que tem determinado as desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira, contrariando noções de cidadania, democracia e direitos humanos proclamadas pelo Estado”*(Relatório de Gestão da SECAD, 2004).

Guimarães (1999) aponta que o marco inicial da discussão sobre políticas de ação afirmativa no Brasil em nível federal se deu em 1996, quando o Ministério da Justiça convocou intelectuais brasileiros e norte-americanos, além de um número considerável de lideranças negras brasileiras para fazer essa discussão. Tentativas anteriores, porém sem sucesso, já haviam sido propostas por Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes e Benedita da Silva. No entanto, como Guimarães afirmou, durante palestra proferida no Seminário Internacional: “Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban”, naquele momento “ninguém acreditava naquilo, nem imaginava que em menos de dez anos haveria cotas no Brasil”. Porém, é este o momento que vivemos hoje, já são trinta e uma instituições públicas de ensino superior que adotaram cotas (ABEDI 2006, p. 12). Já o Programa Políticas da Cor/UERJ (2006) registra 43 universidades com cotas.

No orkut, até o momento, aparecem apenas 24: UEA, universidade do Estado do Amazonas, UFPA, Universidade Federal do Pará; UNEMAT, Universidade do Estado de Mato Grosso; UEMS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; UEL, Universidade Estadual de Londrina; UFPR, Universidade Federal do Paraná; UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UNIFESP; Universidade Federal de São Paulo; UFABC, Universidade Federal do ABC; UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; UENF, Universidade Estadual do Norte Fluminense; UEZO, Centro Universitário Estadual da Zona Oeste; FAETEC, Fundação de Apoio à Escola Técnica; UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora; UNIMONTES, Universidade Estadual de Montes Claros; UEMG, Universidade do Estado de Minas Gerais; UEG, Universidade Estadual de Goiás, UNB, Universidade de Brasília; ESCS, Escola Superior de Ciência da Saúde (DF); UFT, Universidade Federal de Tocantins; UFBA, Universidade Federal da Bahia; UNEB, Universidade do Estado da Bahia.; UFAL, Universidade Federal de Alagoas; UFPE, Universidade Federal de Pernambuco; UFRN e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Para Carvalho (2005), o processo de reserva de vagas preferencial para negros nas universidades brasileiras, embora recente, é uma revolução no mundo universitário, considerando “a indiferença e o desconhecimento do mundo acadêmico a respeito da exclusão racial com que, desde sua origem, convive” (p. 14).

Ao tomar conhecimento das vozes que tem ecoado, ora brandas, ora intolerantes pela Internet, na página do orkut, pensamos ser possível analisá-las, compará-las e colocá-las em espaço de interlocução e poder, desse modo, estudar com maior profundidade a questão acerca da implantação do sistema de cotas raciais no ensino superior como mecanismo de inclusão educacional.

Para fazer parte do orkut é preciso receber convite, após o convite, o convidado tem de preencher um extenso cadastro, onde constam seu perfil e quem desejar pode postar fotos. Tais dados revelam a história de quem está cadastrado. Em se tratando do perfil, em determinado momento, aparece a pergunta: qual sua etnia? Aparecem os seguintes itens: caucasiano (branco), hispânico/latino, leste da Índia, afro-brasileiro (negro), asiático, Oriente Médio, americano nativo, ilhas do Oceano Pacífico, multiétnico, outros e não há resposta.

Outra opção, está no link “comunidades”, ali o “orkuteiro”, como é denominado os que possuem cadastro no orkut, pode criar comunidades, ou participar de comunidades criadas por outros.

Como “orkuteira”/pesquisadora, participo de várias comunidades: 1. Contra Cotas (2); 2. Tenho Ojeriza às Cotas; 3. Eu Fui Prejudicado Pelas Cotas; 4. Eu Odeio Cotas; 5. Eu Odeio o Sistema de Cotas; 6. Contra Cotas; 7. Darwin, Centro Educacional Charles Darwin; 8. Eu Odeio as Cotas da UEA; 9. UERJ; 10. UNEMAT; 11. UFES/Brasil/Brazil; 12. Anti-Cotas Raciais; 13. Consciência Negra; 14. Homofobia e Racismo Nunca!!!!; 15. Negros; 16. Frantz Fanon; 17. Milton Santos; 18. Sou Negro, e Daí?!; 19. Ação Afirmativa; 20. 100% Contra o Racismo; 21. Cotas Sim; 22. 100% Negro; 23. Eu Fui Injustiçado Pelas Cotas; 24. Sou Negro Por Opção; 25. Comunicadores Sociais Negros; 26. Cotas-Uma Dívida Social; 27. O Maior Racismo Vem dos Negros; 28. Abaixo o Preconceito; 29. Negros Inteligentes; 30. Abdias Nascimento; 31. Hédio Silva Júnior; 32. Intelectuais Negras; 33. Sou a Favor das Cotas de 50%; 34. Cotas; 35. Fora Cotas na UFBA; 36. Cotas: Todas Justas e Corretas; 37. Cotas Sim Brasil; 38. Cotas UERJ; 39. Vamos Vencer as Cotas da UNEB. Todas essas comunidades trazem em seu interior, os denominados “Tópicos”. O que significa? A comunidade é criada por um moderador. Esse moderador aceita os participantes e estes, por sua vez, criam tópicos dentro da comunidade e são nesses tópicos que estão os debates.

Por exemplo, na Comunidade “Contra Cotas”, criada em 28 de maio de 2004, há vários tópicos. Um deles: “Sempre Aparece Um Macaco Para Roubar Vaga”, ou, ainda, “Vocês

estão Vacilando” , “Cotas é Questão de Justiça”. Neste momento, estamos formatando as opiniões encontradas para delimitar a quantidade de depoimentos, pontos comuns, contrários, argumentos novos, que se repetem, etnia dos depoentes e, quando possível, observar a cor apresentada na foto. Por exemplo, em uma foto de um acadêmico da UNEMAT, percebemos ser ele negro, há, porém, uma máscara branca pegada em seu rosto.

Como já afirmado, levantamos as comunidades e tópicos e estamos analisando os depoimentos, comparando-os para, em seguida, selecioná-los, delimitando o número de argumentos colhidos para a apresentação, apesar de já ter sido feito várias coletas de dados. Dessas coletas, levantamos, como exemplos 1.: o do argumento meritocrático:

“1-Não entendo essa política como discriminação positiva;  
 2-Iso é menosprezar a inteligência do preto/negro/afrodescendente;  
 3 - Pra mim a melhor seleção se faz pelo mérito que pode ser medido pelo vestibular(sem cotas, todos em pé de igualdade), pois tem caráter objetivo;  
 4 - Não quero ser discriminado depois que sair da universidade pelo fato de acharem que por causa da minha cor eu só entrei na faculdade por causa das cotas, pois estudei para isso e passei com meu esforço, não precisei dessas políticas discriminatórias” (D.1)

Para Guimarães (1999), as discussões sobre Políticas de Ação Afirmativa, dentre elas, políticas a de adoção de reservas de vagas para a população negra, perpassa o caminho da discussão sobre a questão do *mérito*, como veremos em muitos outros depoimentos.

Como se percebe, discute-se sobre o fato de toda e qualquer pessoa ter de ser tratada conforme suas “características individuais de desempenho e de mérito” (ibidem, p.150), não considerando os aspectos peculiares do grupo a que se pertence. No entanto, Antônio Sérgio é decisivo quando fala sobre isso:

O que está em jogo é outra coisa: devem as populações negras, no Brasil, satisfazer-se em esperar uma `revolução do alto`, ou devem elas reclamar de imediato e *pari passu*, medidas mais urgentes, mais rápidas, ainda que limitadas, que facilitem seu ingresso nas universidades públicas e privadas, que ampliem e fortaleçam os seus negócios, de modo que acelere e se amplie a constituição de uma `classe média negra`? (1999, p. 173).

Um outro tema é o debate sobre a constitucionalidade das ações afirmativas, aqui considerando principalmente as cotas. Veja o que coloca o criador do “Eu Odeio as Cotas da UEA, com 55 membros - “a comunidade da galera que eh revoltada com essa sacanagem da uea que so serve pra fazer o pessoal ir atrás de mandado de segurança” .

Sobre essa questão, Guimarães (1999) argumenta com a discussão feita por Marcelo Neves, em que este recorre a Bandeira de Melo para mostrar situações constitucionalmente possíveis de aplicar a ação afirmativa: “ presença de traços diferenciados [...]; correlação lógica entre fator

discrímen e desequiparação procedida; consonância da discriminação com os interesses e valores protegidos na Constituição” (apud GUIMARÃES, 1999, p. 169).

Neves, nesse mesmo raciocínio, complementa “quanto mais se sedimenta historicamente e se efetiva a discriminação social negativa contra grupos étnicos-raciais específicos [...] tanto mais se justifica a discriminação jurídica positiva [...] que se oriente no sentido de integração igualitária de todos no Estado e na sociedade” (ibidem, p. 170).

Até o momento, o aspecto mais enfatizado é, como já citado, o da *meritocracia*, conforme coloca Carvalho (2005) “um ponto central da resistência às cotas no interior da academia é [...] meritocracia” (p. 184). Para ele, resultado de um comportamentos e pensamentos individualistas, práticas comuns em sociedades democráticas.

Outro aspecto levantado é sobre a necessidade de investir na melhoria da educação básica e pública e oferecer cota para a escola pública, como se percebe no depoimento

Todos sabem que o ensino público nesse país é precário...Que quase não dá feramenas p/ seus alunos entrarem nas universidades...Mas isso independe da cor de sua pele....moro em um estado onde qualquer um por mais loiro que seja pode se dizer afrobrasileiro...As cotas não resolverão nada...O que falta é educação...muito me admira que em todos os movimentos pró-cotas dos estudades de escolas públicas que vi e acompanhei, nenhum (N-E-N-H-U-M) mencionava o pedido por uma melhoria de ensino...Essa medida paliativa não funcionará, só adiará, sabe-se lá p/ qnd, a conscientização da população da necessidade de pressionar os governantes p/ que haja uma verdadeira melhora no ensino público...E pior...essas vagas não foram tiradas de alunos ricos e loiros, que estudam nos melhores colégios de suas cidades, e sim dos que se matam de estudar em pequenos colégios particulares q nem sempre dão o apoio necessário ao vestibulando mas que é pago pq os pais se sacrificam trabalhando... Que sistema de justiça é esse??? Só no Brasil... pq aqui a Justiça é cega, surda, muda e esclerosada. (D2)

Esse depoimento é muito contundente e revela um total desconhecimento sobre a trajetória da população negra no Brasil como, por exemplo, que 84% dos universitários que cursam uma IES pública são brancos (CARVALHO, 2005), o que o leva afirmar que “não é mais possível continuar discutindo a questão da ausência dos negros do ensino superior como se o assunto girasse exclusivamente em torno da qualificação e mérito pessoal” (ibidem, p. 30-31).

Há, porém, depoimentos pró-cotas que surpreendem, como esse depoimento de um jovem branco, neto de imigrantes alemães, de 19 anos, calouro da UFES (que ainda não tem cotas), em um texto muito interessante, ele diz:

Ae, vamos parar de fazer discussões superficiais sobre cotas, a discussão é sempre a mesma... Alguém aí já parou pra pensar sobre as causas reais dos problemas? Investigar a fundo? Alguém estudou sociologia? Alguém gosta de Ciência Política? No fundo, essas cotas são um atalho pra distribuir a qualidade de vida. Quem for contra elas, é contra o bem estar coletivo.

Só está pensando em si mesmo, ou no mercado, na tecnologia, na capacitação, esquecendo das pessoas (D3).

O que aqui chama a atenção é o fato do registro da solidariedade, e a necessidade de redistribuir recursos que aqui aparece implicitamente, mas está explicitado no texto integral, e até o momento só foram localizados três, além deste, que traz esse tipo de argumento.

Ou dessa acadêmica, intitulado “Alerta geral”, postado em 21 de dezembro de 2004:

Em uma corrida de cinco séculos desde o “descobrimento”, onde o negro ficou amarrado quase quatro séculos, multiplicando as riquezas das elites sem ter direito a nada, somente ao que mantinha sua sobrevivência, para continuar o trabalho escravo, e em que a elite ficou na corrida sem estar amarrada, mais sim causando mazelas sociais da qual sofremos as consequências até hoje, quem estaria na frente? É lógico que são os brancos, (sem reproduzir preconceitos, pois sabemos que também existem brancos pobres), que cresceram as custas do trabalho escravo negro, da vida do negro, que amarraram os negros para que estivessem sempre na frente, usando do discurso de que negros não são pessoas normais, não tem alma, vão para o inferno e tem que ser escravos, tirando-os do seu espaço e trazendo-os a força para as Américas para enriquecer os bolsos dos brancos europeus, dessa forma é lógico que estes estão na frente, e não por mérito, mais sim por covardia, a de submeter a raça humana a escravidão, e fazer com que as pessoas acreditem que são inferiores as outras, reproduzindo preconceito, preconceito o qual dizem agora os que acreditam que nós vivemos em uma democracia racial, que nós que produzimos quando colocamos o debate de cotas para negro, mas será esta a verdade? Estão querendo jogar a culpa do que já é produzido à muito tempo no debate que surgiu agora, para desgastar o debate, pois a elite não quer que o espaço ocupado só pelos seus filhos passe a ser ocupado por negros, fazendo com que os próprios negros não inseridos no debate deixem de discutir o papel importante das cotas (D4)

No fórum da UEMS, há outro depoimento bastante significativo, intitulado: “Cotista Um Desafio”, onde se lê:

O processo está sendo um aprendizado pra todos, ja sofríamos discriminações antes de sermos acadêmicos e sabíamos que não seria diferente na Universidade, afinal ela é uma extensão da sociedade, ou deveria ser..., A indiferença ou o medo dos professores e acadêmicos brancos e negros em tocar no assunto reflete a falta de formação e reflexão sobre a questão, alguns que se arriscam fazem com deboche, ou usam da autoridade de professor para impor a sua opinião, às vezes de forma muito parcial, fortalecendo o que chamamos de Mito da Democracia Racial. Esse negócio de que cotista tira a vaga de aluno branco que teve notas boas no vestibular é um dos argumentos que mais ouço, ninguém questiona o vestibular, é mais fácil falar de cotas para negros, por que é meio que naturalizado a condição de miséria e exclusão que vivem a maioria dos negros e muitos brancos. O problema não é a cor, mas o processo histórico a que foram submetidos esses povos. Outro ponto é, por que ninguém questiona que os alunos que vem de outros Estados tiram as vagas dos alunos do nosso Estado? Acho muito bom a presença de vários Estados na Uems, afinal o nome já diz Universidade, mas é curioso que ninguém questione o fato de pessoas que tem condições financeiras cursar uma Universidade Pública enquanto tantos outros pobres fiquem de fora. A questão é que as pessoas são individualistas e não estão preocupadas com problemas sociais, cada um quer garantir a sua vaga e pronto não importando-se com os fatos políticos que norteiam os rumos da Universidade e o tipo de Educação que temos. Aos negros que são

cotistas, ou não, e as pessoas de bom senso cabe o desafio de construirmos espaços de reflexão coletiva, onde possamos nos ajudar e fortalecer a luta que com toda certeza não começou agora, (com o processo de cotas) mas através da organização e estudo de muitas pessoas que tem compromisso com a humanização e emancipação da sociedade brasileira (D5).

Percebe-se nesse depoimento um desabafo contra uma situação que permeia a sociedade: o racismo dissimulado, há, porém, um tom de otimismo quando se fala em “aprendizado” e em construção de “espaços coletivos”. Esse depoimento traz algumas questões muito interessantes: “Esse negócio de que cotista tira a vaga de aluno branco que teve notas boas no vestibular é um dos argumentos que mais ouço, ninguém questiona o vestibular”. Mas por que isso acontece?

Exatamente porque a sociedade apóia a questão do mérito, conforme afirmam tanto Carvalho, como Guimarães. E muitos desconsideram que o vestibular apenas mede a pontuação final obtida pelos candidatos, não mede, contudo, a trajetória escolar e de vida de cada um, ponderação feita de acordo com Carvalho (2005), e pode ser corroborada pelos estudos feitos por Sverdlick, Ferrari e Jaimovich (2005) que, ao analisarem o ensino superior no México, Brasil, Argentina, Colômbia e Chile, preocupam-se em verificar a forma de ingresso nas universidades de cada um desses países e concluem para o Brasil “Se nos concentrarmos sobre a demanda efetiva, [...], poderemos verificar que a relação entre vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressos efetivos aponta para a característica excludente de mecanismos de ingresso como o exame vestibular” (p. 40).

Ainda muito prematuramente, assinalamos que esta pesquisa quando foi pensada considerou importantes análises já realizadas sobre o assunto como, por exemplo: a) José Jorge aponta que se as universidades continuarem a negar acesso à população negra, certamente vamos “conviver mais cem anos com o incômodo mérito de sermos uma das academias étnica e racialmente mais excludentes do mundo” (p. 38);

b) os dados do IBGE (apud SANTANA, 2006, p. 59) que confirmam a exclusão social dos negros, como: “a taxa de analfabetismo é de 12,8% no Brasil. Entre os brancos, cai para 7,5%,. todavia entre os pretos e os pardos supera 16%; 61,4% dos pretos e 53,3% dos pardos que fizeram o provão o ano passado cursaram todo o ensino médio em escola pública. Todavia, esse grupo representa apenas 34,7% dos alunos nas universidades federais”;

c) em 2002, foi desenvolvida a pesquisa “Projeto Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federal Fluminense e Federal de Mato Grosso” coordenado pelas pesquisadoras Iolanda de Oliveira, Moema de Poli Teixeira, Maria Lúcia R. Muller et alli e objetivava discutir a questão do ingresso e permanência de negros e mestiços nessas duas universidades. Um criterioso trabalho foi feito e se percebeu: na UFMT “os alunos

afrodescendentes concentram-se nos cursos das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais. Entretanto, os alunos negros são raros entre os cursos de maior prestígio acadêmico e social, como Medicina” (2002, p. 18). O estudo foi concluído e os resultados esperados foram, em parte, alcançados, foi observada, porém, a necessidade de adoção de cotas em ambas as IES, realidade hoje na UFF, no entanto a UFMT, apesar dos sérios trabalhos desenvolvidos, ainda não se obteve êxito nessa questão.

Ao longo desta pesquisa, tem-se observado, ao ler os depoimentos que se tem criado uma nova forma de preconceito, mais sutil, porém não menos agressiva, de acordo com Camino et al (2000), constituído,

por um lado, pela afirmação de valores igualitários [...] e, por outro lado, pela oposição [...] a políticas congruentes com os valores igualitários. Assim, uma política de quotas de ingresso na universidade para minorias raciais é atacada em nome da igualdade de direito para todas as pessoas, independente da sua origem (p. 15-16).

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa tem como responsabilidade estudar as políticas de ação afirmativa, em especial, as cotas raciais no ensino superior sob o ponto de vista dos diferentes depoimentos registrados no orkut. A partir da análise desses depoimentos, de estudos teóricos e documentais mostrar que as cotas raciais é um caminho, ainda que insuficiente, necessário para permitir a inclusão educacional no Brasil.

Dando voz a um depoente da UEMS:

Como julgar preconceituosa uma ação afirmativa que visa a integração de classes historicamente desfavorecidas? A universidade não parte do princípio de que essas pessoas são inferiores intelectualmente para, assim, justificar a oferta de cotas; pelo contrário, nossa instituição vislumbra contribuir para o desenvolvimento de toda a capacidade intelectual dessas pessoas que se mantém oprimida pela renegação social. Vivemos em uma sociedade hipócrita, onde "riquinhos", que se sentem lesados por políticas sociais condizentes com a realidade brasileira, julgam impropriedades ações tendentes a minimizar os efeitos de uma discriminação histórica, valendo-se do slogan "cotas é preconceito". Tudo hipocrisia. Essas pessoas nunca adentraram na realidade de um desafortunado que não tivera acesso às mínimas condições de uma educação digna. O dogma de que nosso país, em função da heterogeneidade de raças, não apresenta discriminação social é pura politicagem... politicagem daqueles que querem apresentar nosso país como um verdadeiro Estado Democrático de Direito, onde todos são iguais, sem distinção de sexo, raça, cor, blá blá blá .... tudo mentira. Nossa nação, infelizmente, é 100% preconceituosa. As estatísticas demonstram isso. A população brasileira pobre é composta quase que absolutamente por negros. No que se refere aos índios, verificamos que 99,99% desse povo não apresentam as menores condições de saneamento, educação, lazer, saúde, alimentação. Hora, qual o papel social da Universidade Pública? Reiteramos aqui o termo “Público”: nossa universidade movimenta-se com dinheiro público. Faz algum sentido a monopolização da educação superior pública pela classe burguesa em detrimento das camadas marginalizadas pela própria sociedade? Acho que não. Acredito, sim,

que não basta a oferta de cotas na Educação Superior para minimizar as disparidades sociais existentes entre as diversas raças que integram nossa pátria. Ao instituir políticas dessa natureza, a instituição deve efetivar ações que viabilizam a permanência desses “desfavorecidos” na Universidade, uma vez que não podemos fechar os olhos para o fato de que essas pessoas foram submetidas a uma educação básica de má qualidade (mais um ato de discriminação). Concluo: as cotas não se justificam por uma inferioridade intelectual de grupos étnicos específico, muito menos em função da cor da pele, pelo contrário, esses tipos de ações afirmativas se justificam perante o fato de que essa parcela do povo brasileiro sofreu, durante séculos, discriminação de cunho social, cultural e econômico, o que as renegaram à marginalidade da sociedade contemporânea (D6).

A partir dos dados expostos, dos depoimentos levantados, a partir das representações discursivas e da situacionalidade do “lugar de fala” de cada depoente, pretendemos com esta pesquisa aprofundar o debate sobre a necessidade de cotas nas instituições de ensino superior e também possibilitar uma maior reflexão sobre esse tema que não se esgota aqui, apenas se inicia, considerando que cotas para a população negra é um caminho possibilitador de justiça social e de igualdade.

Por fim, por que se enveredar por tema tão espinhoso? Tal questão somente poderá ser respondida ao final deste trabalho, pois ainda não temos a resposta pronta, acabada, ela será construída com o apoio teórico de Antônio Sérgio Guimarães, Ricardo Henriques, Nilma Gomes, Iolanda de Oliveira, Moema Poli Teixeira, Maria Lúcia Müller, apenas para citar alguns estudiosos que estão engajados nessa discussão e pelos dados quantitativos apontados pelo IBGE, pelo PNAD, pelo INEP, órgãos nacionais responsáveis pela pesquisa sobre os diferentes índices estatísticos da população brasileira. Mas parte da resposta já foi explicitada no primeiro parágrafo deste trabalho: é preciso assumir a responsabilidade sobre o problema que nos foi deixado como legado do século passado “o problema da linha divisória de cor [...]”.

## **Referências Bibliográficas**

### **Livros**

BOWEN, Willian G.; BOK, Derek. *O curso do rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e rRacial no Brasil: a questão de cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência nos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34. 1999.

\_\_\_\_\_. *Contexto histórico de desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL: “Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban. Brasília: Senado Federal em 20/09/2005. Palestra.

IPEA. *Políticas sociais acompanhamento e análise*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Agosto de 2004.

PETRUCELLI, José Luís. *Mapa da cor no ensino superior brasileiro*. Rio de Janeiro: UERJ/Programa Políticas da Cor, 2004. (Série Ensaio e Pesquisa).

SANTANA, Moisés de Melo. A proposta de cotas para negros/as na Universidade Federal de Alagoas: contemplando a raça e o gênero. In. GOMES, Nilma Lino (Org.). *Tempos de Lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 57-65.

SVERDLICK, Ingrid; FERRARI, Paola; JAIMOVICH. *Desigualdade e Inclusão no Ensino Superior: um estudo comparado em cinco países da América latina*. Tradução Ana Carla Lacerda. Buenos Aires: LPP, 2005. (Série Ensaio e Pesquisas).

### **Textos on-line**

CAMINO, Leôncio et alli. A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*. Junho de 2000. <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv1r1/Leoncio.pdf>. Acesso em: 27 de jul de 2006.

Ensinar Direito. *Boletim Informativo da Associação Brasileira de Ensino do Direito - ABEDI* - Ano I, n.04, Fevereiro de 2006. [http://www.abedi.org/boletim/ENSINAR\\_DIREITO\\_4.pdf](http://www.abedi.org/boletim/ENSINAR_DIREITO_4.pdf). Acesso em: 28 de fev. de 2006.

Fórum Uems. <http://www.uems.br/forum/index2.php>. Acesso em: 03 de abr. de 2006.

Fórum Uems. <http://www.uems.br/forum/show.php?fid=24&id=76>. Acesso: em 03 de abr. de 2006.

Fórum Uems. <http://www.uems.br/forum/show.php?fid=24&id=67>. Acesso em: 03 de abr. de 2006.

<http://www.orkut.com.br>.

<https://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=63409>. Acesso em: 26 de fev. de 2006.

<https://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=63409&tid=2456536068557165140&start=1>. Acesso em: 28 de mar. de 2006.

PROGRAMA POLÍTICA DA COR/UERJ. [http://www.1pp-uerj.net/olped/AcoesAfirmativas/universidades\\_com\\_cotas.asp](http://www.1pp-uerj.net/olped/AcoesAfirmativas/universidades_com_cotas.asp). Acesso em 07 de jul. de 2006.

*Relatório de Gestão SECAD 2004*. [Www. inep. gov.br/ download/ inep/ relatoriogestao 2004. pdf](http://www.inep.gov.br/download/inep/relatoriogestao2004.pdf). Acesso em: 31 de mar. de 2006.

TEIXEIRA, Moema de Poli, et. alli. *Projeto Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federal Fluminense e Federal do Mato Grosso*. [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com\\_RC\\_ST24\\_Teixeira\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_RC_ST24_Teixeira_texto.pdf). Acesso em: 04 de mar. de 2006.

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) - da UFMT, Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. Bolsista UFMT/CAPES.

Orientadora - Linha de Pesquisa: Relações Raciais e Educação Eixo Temático: Cor e Ensino Superior. Coordenadora do NEPRE-Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação.

Até o momento, levantamos 39 comunidades, cada uma delas tem entre 4 a 10 tópicos, duas já possuem mais de 300 depoimentos.

A princípio seriam levantadas apenas as vozes dos acadêmicos, depois percebemos a necessidade de expandir, pois os depoimentos são deixados também por professores, médicos, advogados, donas de casa e alunos que ainda não ingressaram no Ensino Superior, entre outros.

Palestra proferida por Antônio Sérgio Guimarães em 20 de setembro de 2005, “Contexto histórico de desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil”, durante o Seminário Internacional “Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais: o contexto Pós-Durban”, ocorrida de 20 a 22 de setembro, no Auditório Petrônio Portela, Senado Federal em Brasília.

São depoimentos pessoais que, embora autorizados a serem divulgados, serão preservadas as identidades dos depoentes, assim serão caracterizados por número (D1...), obedecendo a ordem da coleta das informações. As transcrições dos depoimentos também serão feitas sem nenhuma correção lingüística, respeitando o discurso do depoente.